

NOTA TÉCNICA 01.3/2016

DATA: 18/07/2016

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2016 -
3ª Revisão de Receita.**

I – Metas de arrecadação 2016 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

Esta nota visa reavaliar as estimativas de Receita do Tesouro Estadual em relação à Nota 01.2/2016 de 11 de março de 2016 – 2ª Revisão de Receita.

A reestimativa tem o intuito de adequar a projeção de Receitas ao cenário fiscal para o exercício corrente, sensível às alterações dos indicadores econômicos. A continuidade do cenário econômico de forte recessão exige a revisão dos valores antes apresentados.

Nesta Nota a estimativa da Receita Corrente das fontes do Tesouro, excluídos Receita de participações Governamentais e Auxílio Financeiro do Governo Federal totaliza R\$ 49,5 bilhões, uma redução de R\$ 681 milhões em relação à Revisão de Receita 1.2, por conta do cenário pouco auspicioso da arrecadação da Receita Tributária, principalmente o ICMS (-R\$ 424 milhões em relação à última revisão); a revogação da Taxa Única de Administração Tributária também influenciou na redução da expectativa de Receita.

Somado a isto, o baixo preço do barril tipo Brent, esperado pelo cenário mundial instabilidade do câmbio nos últimos meses e a estagnação da produção de óleo direcionam a previsão de Participações Governamentais para R\$ 3,1 bilhões.

Todas as alterações enumeradas serão justificadas de forma mais concisa na seção III desta Nota.

II – Cenário Econômico

O cenário político continua dando o tom da economia. A efetividade de medidas importantes da agenda econômica do novo Governo, a saber: reforma da previdência,

desvinculações orçamentárias e eventuais aumentos de impostos, continua a depender do apoio do Congresso.

O atual momento exige da classe política compromisso com a estabilização da dívida pública, que tem apresentado trajetória explosiva contaminada pela forte queda da arrecadação, consequência da profunda retração da atividade econômica e pelo aumento desmedido das despesas públicas.

Não obstante ao quadro apresentado, o ambiente de conflagração instalado no país e a impopularidade das iniciativas urgentes e necessárias para o reequilíbrio das contas públicas deverá sofrer resistência de setores da sociedade civil e de entidades de classe.

Neste sentido, o atual cenário de incerteza continua a produzir efeitos nocivos para o retorno dos investimentos e, por conseguinte, para geração de empregos e sobre o crescimento da economia. Obviamente, os recentes anúncios proferidos pela nova equipe econômica cria um ambiente mais propício para os negócios, o que de fato reflete na confiança dos agentes econômicos.

Isto posto, passado o período de aprovação e efetivação das medidas que visem o ajuste das finanças públicas, o país terá condições de estabelecer um novo ciclo de desenvolvimento.

Contudo, recente relatório do Boletim Focus, datado de vinte e quatro de junho de 2016, indica novo decréscimo do PIB da ordem de -3,44% para este ano. Caso as referidas reformas não alcancem os resultados esperados, as perspectivas para atividade econômica devem ser ainda mais desalentadoras.

Vê-se, portanto, que a almejada recuperação da economia continua a depender da pacificação política em torno do reequilíbrio fiscal. O equacionamento das contas públicas, em suma, é de vital importância para o resgate da credibilidade do país e estabelecimento de uma agenda de longo prazo.

No que tange aos aspectos internacionais, a desaceleração da China tem provocado instabilidade financeira com repercussões nos mercados emergentes, sobretudo no Brasil.

A expectativa da confluência do câmbio em patamar ainda elevado em 2016 reflete sobre o câmbio médio esperado, de 3,61 R\$/US\$, segundo boletim Focus datado de vinte e quatro de junho de 2016.

Por esta razão a balança comercial intensificou os sinais de reversão do saldo deficitário. De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a balança comercial brasileira apresentou de janeiro a abril de 2016, saldo acumulado de + US\$ 13,244 bilhões ante o déficit de US\$ -5,059 bilhões, no ano anterior. Da mesma forma, a balança comercial fluminense registrou um resultado acumulado de janeiro a abril de 2016 + US\$ 104 milhões contra um déficit de US\$ 490 milhões no mesmo período do ano anterior.

Com relação à inflação, o IPCA, a nível nacional, registrou um percentual acumulado de janeiro a abril de 2016 de 3,25% contra 4,56% no mesmo período do ano passado. O Boletim Focus (24/06/2016) prevê que o índice feche o ano de 2016 em 7,29%, mais uma vez acima do teto fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) de 6,5%.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o IPCA tem apresentado semelhante comportamento e no período compreendido entre janeiro e abril de 2016 acumulou 3,45%, ante 5,16% em 2015.

Em que pese à desvalorização cambial, a indústria brasileira está ancorada em uma crise sem precedente, o que impede uma recuperação rápida do setor. Segundo dados do IBGE, a atividade industrial brasileira de janeiro a março de 2016 registrou uma variação percentual acumulada negativa de 11,7%. Enquanto, no ERJ a queda foi de -10,0%.

Na esteira dos últimos acontecimentos e diante da expectativa de retração da demanda interna e externa, a produção industrial nacional, de acordo com os dados do Boletim Focus (24/06/16), deve fechar o ano de 2016 com uma queda de 5,89%. Segundo o

mesmo relatório, espera-se uma recuperação apenas em 2017, com crescimento previsto de 0,80%.

Neste contexto, a emblemática fabricação de veículos automotores continua a demonstrar a desestruturação da indústria nacional. De acordo com dados do IBGE, o referido setor obteve uma variação acumulada no período entre janeiro e março de 2016 de -27,8%, o ERJ, por sua vez, apresentou desempenho semelhante, com retração de 20,1%.

O comércio varejista tem intensificado as variações negativas no volume de vendas. No acumulado do ano (janeiro a março de 2016) o país apresentou redução percentual de 7%. A mesma variação para o ERJ acumula queda de 7,3%. O impacto desse movimento pode ser notado na redução drástica dos postos de trabalho neste setor, intensivo em mão-de-obra.

Diante deste cenário, o mercado de trabalho para o ERJ tem dado sinais de esfacelamento em quase todos os setores pesquisados. Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho de março de 2016 indicam variação mensal de - 0,37%, fruto da retração de 13.741 vagas. No ano o saldo está negativo em 63.719 postos de trabalho, um decréscimo de 1,71%, com destaque para comércio e serviços. O arrefecimento do mercado de trabalho verificado no ano de 2015 deve persistir no próximo ano, devido à intensa desaceleração da atividade econômica.

III – Descrição das variações de projeção de Receita:

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de Receita Estadual, que são comentadas item a item em seguida.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2016 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita*	FR	REVISÃO DE RECEITA		REVISÃO 1.3 X REVISÃO 1.2	
		Revisão 1.2 (E)	Revisão 1.3 (F)	(F - E)	Δ% (F/E-1)
IRRF	100	3.090	3.090	-	
IPVA	100	2.875	2.875	-	
ITD	100	956	1.142	186	19,5%
FECP	122	4.371	4.371	-	
ICMS	100	33.641	33.217	- 424	-1,3%
TAXAS +TUAT	132	392	20	- 372	-94,9%
Receita Financeira		414	247	- 167	-40,3%
FPE	107	1.281	1.281	-	
IPI	107	864	864	-	
Lei Kandir	107	86	86	-	
CIDE	126	102	102	-	
Salário Educação	105	508	428	- 80	-15,7%
Demais Transf. União	101	60	60	-	
Multas e Juros		546	546	-	
Dívida Ativa		178	328	150	83,9%
Dep. Judiciais tributários	190	-	-	-	
Ressarcimento de pessoal cedido		97	97	-	
Restituições e Indenizações		235	235	-	
Demais Receitas	101	402	402	-	
Outros		48	75	26	54,2%
Receita Intra - Demais Receitas	101	-	-	-	
AUXÍLIO FINANCEIRO 734/2016	192	-	2.900	2.900	100,0%
Subtotal 1		50.148	52.367	2.219	4,4%
Alienação de Bens	133	2.000	2.000	-	
Depósitos judiciais	191	673	673	-	
Operações de Crédito	111	4.771	2.782	- 1.989	-41,7%
Receita Financeira	111	-	200	200	0,0%
Subtotal 2		7.444	5.655	- 1.789	-24,0%
Royalties & FEP		3.818	3.103	- 715	-18,7%
	104	1.732	1.500	- 232	-13,4%
	231	2.086	1.604	- 482	-23,1%
TOTAL GERAL (1+2+Royalties)		61.409	61.125	- 285	-0,5%

1. **ICMS** – Reavaliado em menos R\$ 424 milhões em relação à Revisão 1.2 de 2016. A redução no nível de confiança na economia, a inflação e o aumento do desemprego tem produzido reduções nas projeções de crescimento econômico para este ano. Diante destas expectativas, a receita de ICMS foi revista para R\$ 33,2 bilhões.
2. **ITCD** – Reestimado em mais R\$ 186 milhões, comparado com a Revisão 1.2 de 2016. Esse aumento é justificado por ações realizadas anteriormente pela SEFAZ que geraram efeitos neste momento com a efetivação das revisões das alíquotas do referido imposto, permite que haja um aumento da arrecadação para este ano.
3. **Taxas + TUAT** – Reavaliado em 372 milhões a menor, motivado pela suspensão dos efeitos do Decreto 45.598 de 10 de março de 2016 que regulamentava a instituição da Taxa Única de Administração Tributária da Receita Estadual (TUAT).
4. **Receita Financeira** - A estimativa para esta receita foi reduzida em R\$ 167 milhões face à Revisão de Receita 1.2 de 2016, considerando os ajustes de expectativa com relação ao fluxo de recursos financeiros esperado.
5. **Salário Educação** – A Conta Salário Educação foi reavaliada em R\$ 428 milhões, R\$ 80 milhões a menos em relação à Revisão de Receita 1.2 de 2016. Para tanto, considerou-se o realinhamento das expectativas e os repasses até aqui realizados, com base nas informações fornecidas do sítio do FNDE do Governo Federal.
6. **Receita de Auxílio Financeiro** – Adiciona-se nessa Nota o Auxílio Financeiro do Governo Federal no valor de R\$ 2,9 bilhões, transferido a título de apoio financeiro ao ERJ decorrente dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos através da Medida Provisória nº 734 de 2016.
7. **Operações de Crédito** – Mantém-se a previsão da primeira Nota de Receita, R\$ 2.782 milhões, porque não há expectativa de contratação de nova operação de crédito junto ao Banco do Brasil, pautado na Lei nº 7217/16, que autoriza o



Estado do Rio de Janeiro a contratar operações compensatórias, decorrentes do fraco desempenho dos Royalties e Participações Especiais, nos termos do parágrafo 4º do artigo 5º da Resolução do Senado nº 43 de 2001.

8. **Royalties** – Em relação à Revisão de Receita 1.2 de 2016, a receita de Royalties e Participações Especiais foi reduzida em R\$ 715 milhões. A receita esperada para o exercício (R\$ 3,1 bilhões) tem como parâmetros Brent de US\$ 30 e câmbio a R\$/US\$ 4,00. O cenário de incertezas sobre o comportamento dessas variáveis no mercado internacional, em especial o preço do Brent, justifica a nova estimativa. Com base nessas variáveis e na receita realizada até então, se fez necessário o realinhamento das previsões. Ao longo do exercício, o acompanhamento desses parâmetros orientará outras eventuais revisões.

Tabela 2

ROYALTIES		1.2 Revisão (D)	1.3 Revisão (D)
		3.817.709.260	3.103.015.294
	Tranferências aos Municípios	208.704.921	232.995.598
Fonte 104	PASEP	36.090.043	28.700.197
	FECAM	252.561.366	200.832.441
	Indenização a União	1.059.402.722	1.036.981.843
Fonte 231	RIOPREVIDÊNCIA*	2.260.950.208	1.603.505.215

* Inclui a parcela do FEP, conforme Determinação do TCE na análise das Contas de Gestão de 2012.

Tabela 3 - Estimativa de Valores das Contas Redutoras em 2016

Em R\$

ESTIMATIVA DOS VALORES DAS CONTAS DEDUTORAS DE FUNDEB E MUNICÍPIOS			
	1.2 Revisão (A)	1.3 Revisão (B)	ΔB/A
FUNDEB	6.041.486.128	6.002.891.637	-0,6%
RETORNO FR 15	2.668.363.502	2.648.913.269	-0,7%
100	2.578.009.771	2.556.785.192	-0,8%
107	90.353.731	92.128.076	2,0%
PERDA LÍQUIDA	3.373.122.626	3.353.978.369	-0,6%
100	3.060.491.817	3.043.121.905	-0,6%
107	312.630.809	310.856.464	-0,6%
MUNICÍPIOS	10.538.801.100	10.441.323.483	-0,9%
100	10.088.594.427	9.966.826.133	-1,2%
104	208.704.921	232.995.598	11,6%
107	216.028.380	216.028.380	0,0%
126	25.473.372	25.473.372	0,0%
TOTAL	16.580.287.228	16.444.215.121	-0,8%

Tabela 4 - Reestimativa de Receita Tesouro 2016 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita**	FR	REVISÃO 1.2 (B)	REVISÃO 1.3 (C)	REVISÃO 1.3 X REVISÃO 1.2	
				(C - B)	Δ% (C/B -1)
IRRF	100	3.090	3.090		
IPVA	100	2.875	2.875		
ITD	100	956	1.142	186	19,5%
ICMS	100	33.641	33.217	(424)	-1,3%
Multas e Juros	100	525	529	4	0,8%
Dívida Ativa	100	178	310	132	74,0%
Receita Financeira	100	0	0		
Restituições	100	37	37		
Outros	100	-	-		
TOTAL	100	41.304	41.202	(102)	-0,2%
Receita Financeira	101	414	228	(186)	44,8%
Demais Transf. União	101	60	60		
Multas e Juros	101	5	2	(3)	-6,2%
Indenizações e Restituições	101	198	198		
Dívida Ativa	101	-	10	10	100,0%
Demais Receitas	101	402	402		
Ressarcimento de Pessoal Cedido	101	3	3		
Rec. Intra-Orçamentária - Demais Receitas	101	-	-		
Outros	101	32	58	26	82,4%
TOTAL¹	101	1.114	961	(153)	-13,7%
Royalties	104	1.732	1.500	(232)	-13,4%
Outras	104	-	0		
Royalties	231	2.086	1.604	(482)	-23,1%
TOTAL		3.818	3.103	(714)	-18,7%
Salário Educação	105	507	428	(80)	-15,7%
Outros	105	1	16	15	2346,2%
TOTAL	105	508	443	(65)	-12,8%
FPE	107	1.281	1.281		
Receita Financeira	107	-	-		
IPI	107	864	864		
Lei Kandir	107	86	86		
Outros	107	0	0		
TOTAL	107	2.231	2.231		
Ressarcimento de Pessoal Cedido	120	94	94		
Outros	120	-	-		
Total	120	94	94		
FECP	122	4.371	4.371		
Multas e Juros	122	14	13	(1)	-6,9%
Dívida Ativa	122	-	7	7	100,0%
TOTAL	122	4.386	4.392	6	0,1%
Outros	126	0	2	2	2815,3%
CIDE	126	102	102		
TOTAL	126	102	103	2	1,5%
Taxas	132	401	29	(372)	-92,7%
Multas e Juros	132	1	1		
Dívida Ativa	132	-	1	1	100,0%
TOTAL	132	402	30	(371)	-92,4%
Alienações	133	2.000	2.000		
Dep. Judiciais tributários	190	-	-		
Outros	190	-	2	2	100,0%
TOTAL	190	-	2	2	#DIV/0!
Lei 147 - 151	191	673	673		
Outros	191	-	-		
TOTAL	191	673	673	-	
Auxílio Financeiro - Medida Provisória 734/2016	192	-	2.900	2.900	100,0%
Outros	195	5	5		
Outros*	195	3	3		
Outros	111	-	200	200	100,0%
Restituições	111	-	-		
Operações de Crédito*	111	4.771	2.782	(1.989)	-41,7%
Total Fontes de Recursos do Tesouro		61.409	61.125	(285)	-0,5%

* Receitas de Capital

** Receita Bruta (com FUNDEB)

IV – Cronograma de entrada de receitas¹.

Segue abaixo a previsão de realização bimestral das receitas gerenciadas pela UGE 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, conforme Tabela 1 desta Nota.

Tabela 5 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos.

ORIGEM DA RECEITA		FR	1º BIMESTRE**	2º BIMESTRE**	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
11	RECEITA TRIBUTÁRIA	100	7.214.002	6.660.859	6.219.786	6.494.491	6.598.744	7.136.988	40.324.870
		122	559.392	593.199	754.995	787.286	827.242	849.127	4.371.241
		132	3.698	5.220	4.520	5.287	5.287	5.287	29.298
13	RECEITA PATRIMONIAL	100	-	-	6	12	12	12	42
		101	26.359	15.157	53.688	59.561	59.561	59.561	273.888
		104	868.796	112.740	315.673	58.681	85.238	58.681	1.499.810
		105	1.066	2.342	2.766	3.155	3.155	3.155	15.639
		126	202	298	285	256	256	256	1.553
		195	-	-	609	1.218	1.218	1.218	4.262
		231	-	141.282	248.114	522.401	169.309	522.401	1.603.505
16	RECEITA DE SERVIÇOS	101	1	1.080	1.630	3.198	3.198	3.198	12.305
		195	-	-	46	91	91	91	320
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101	-	19.929	39.858	0	0	0	59.787
		107	391.524	309.997	392.170	379.119	379.119	379.119	2.231.047
		105	3	3	61.077	122.154	122.154	122.154	427.547
		126	16.103	20.517	9.325	18.650	18.650	18.650	101.893
		192	-	-	-	2.900.000	-	-	2.900.000
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100	314.781	160.527	120.439	93.826	93.826	93.826	877.223
		101	9.800	22.997	71.425	105.516	57.374	201.800	468.911
		120	-	145	2.488	4.805	4.805	4.805	17.049
		122	5.038	4.896	2.874	2.681	2.681	2.681	20.851
		132	176	223	186	192	192	192	1.160
		191	-	-	96.172	192.345	192.345	192.345	673.206
		111	48.266	838.734	290.391	534.721	534.721	534.721	2.781.552
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	111	48.266	838.734	290.391	534.721	534.721	2.781.552	
22	ALIENAÇÃO DE BENS	133	-	-	105.263	210.526	210.526	1.473.684	2.000.000
23	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	195	-	-	364	729	729	729	2.551
79	INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	101	-	33	20.858	41.676	41.676	41.676	145.920
		120	-	0	11.005	22.009	22.009	22.009	77.032
total Fontes de Recursos do Tesouro			9.488.455	8.952.390	8.852.903	12.599.167	9.468.700	11.762.949	61.124.565

Apenas UGE 999900.

* Valores já realizados.


¹ Receita Bruta (Com FUNDEB)

VIII – Conclusão

Ciente das oscilações do atual cenário econômico nacional, esta Nota apresenta a reestimativa das Receitas do Tesouro para o ano de 2016.

A retração da atividade econômica, a frustração de Receita Tributária e a diminuição da Receita de Participações Governamentais justificam a aplicação do princípio do conservadorismo na adequação e gerenciamento do orçamento. O ano 2016 tem aprofundado o déficit previdenciário que, em 2015, contou com receita de depósitos judiciais, o que não tem possibilidade de ocorrer neste exercício em igual montante.

O acompanhamento da arrecadação poderá sugerir a reavaliação das Receitas ao longo do exercício.


Raphael Philippe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal


Josélia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,


Julio Cesar Carmo Bueno
Secretário de Estado de Fazenda